

## PERSEGUINDO O INÉDITO VIÁVEL:

## A PEDAGOGIA FREIRIANA,

## A NECESSIDADE DA LINGUAGEM

## INCLUSIVA E A DENÚNCIA

## À NEOLÍNGUA DO GENERISMO QUEER\*

Claudete Beise Ulrich\*\*, Marga Janete Ströher\*\*\*, Nivia Ivette  
Núñez de la Paz\*\*\*\*



Resumo: *nas últimas décadas temos vivenciado a dificuldade em efetivar o uso da linguagem inclusiva ao tempo em que se evidencia a facilidade de implantação de uma neolíngua que provém do generismo queer. São tempos sombrios para a luta feminista, que sofre não só a difamação e deturpação da sua agenda e cânon, senão também a usurpação de conceitos e espaços. No ano 2021, que marca o centenário do pedagogo brasileiro Paulo Freire, estende-se sobre nós uma outra onda ameaçadora de irracionalismo, como aquela advertida por ele no século passado. O neoliberalismo mata, assim como mata o machismo; e as mulheres, a vida das mulheres, não vão além de uma objetificação para ambos.*

\* Recebido em: 02.09.2021. Aprovado em: 18.10.2021.

\*\* Doutora em Teologia (Faculdades EST) com pós-doutorado em História (UFSC) e em Educação (UFES). Professora de Teologia e Ciências das Religiões (Faculdade Unida de Vitória-ES). Coordenadora da Licenciatura em Ciências das Religiões. Membro de la Escuela Internacional de Filosofía Intercultural (EIFI, Barcelona). Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Religião, Gênero, Violências: Direitos e Teologia Pública e Estudos da Religião (FUV). *E-mail:* claudete@fuv.edu.br

\*\*\* Doutora e mestra em Teologia (Faculdades EST). Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Direitos Humanos (ENAP). É professora colaboradora da SINAL - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Rio Branco. Membro da Escuela Internacional de Filosofía Intercultural (EIFI, Barcelona). *E-mail:* margastroher@gmail.com

\*\*\*\* Doutora e mestra em Teologia (Faculdades EST), com pós-doutorado em Teologia Sistemática (Faculdades EST). Licenciada em Teologia (Seminário Evangélico de Teologia/Matanzas, Cuba). Professora do Mestrado em Educação (Universidad Internacional Iberoamericana – UNINI-PR; Universidad Europea del Atlantico - UNEATLANTICO). Professora colaboradora da SINAL - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Rio Branco. Membro de la Escuela Internacional de Filosofía Intercultural (EIFI, Barcelona) e do Grupo de Pesquisa Religião, Gênero e Violências (UNIDA) e do Grupo de Investigación Formación, Interculturalidad e Innovación en Educación (UNINI-México) e do Grupo de Pesquisa de Teologia Pública (PUC-PR). *E-mail:* nnpaz@hotmail.com

*Nosso objetivo, com esse artigo, é dialogar desde e com a proposta pedagógica freiriana tomando como contraponto os conceitos ‘linguagem inclusiva’ e ‘neolíngua’ no intuito de denunciar e, principalmente, de enfatizar a necessidade permanente de uma educação emancipadora e libertadora para transformar os sistemas de opressão e morte. Uma teologia da vida não pode ficar em silêncio perante a ignomínia contemporânea.*

Palavras-chave: *Paulo Freire. Linguagem Inclusiva. Neolíngua. Pedagogia Transformadora. Teologia Feminista.*

**P**aulo Freire, o pedagogo brasileiro, foi questionado por mulheres feministas norte-americanas devido ao uso da linguagem genérica masculina no seu livro *A Pedagogia do Oprimido*, publicado em 1968. Ele aceitou as críticas e assumiu uma virada linguística em seu refletir, escrever e dialogar, a partir do livro *Pedagogia da Esperança*<sup>1</sup>. A mudança na linguagem implica necessariamente em novas perspectivas e visões de sociedade e mundo, tendo como perspectiva histórica a libertação. Neste sentido, a esperança, na perspectiva de Freire, é um processo que implica revisões e novas proposições. Deste modo, a primeira parte do artigo reflete sobre a importância da mudança da linguagem numa educação emancipatória na perspectiva freiriana. Na segunda parte, reflete-se sobre a ‘linguagem inclusiva’ desde uma perspectiva feminista transformadora e concluímos com uma denúncia e uma crítica à ‘neolíngua’, como ferramenta de apagamento das mulheres<sup>2</sup>, a junção do patriarcado com o capital numa nova forma de opressão sobre o sexo feminino.

Somos teólogas feministas, e nossa reflexão parte da experiência de vida nos diferentes contextos em que vivemos e atuamos. O cotidiano brasileiro exala esse irracionalismo que mata todo pensamento crítico, que enaltece a morte em detrimento de toda forma de vida; assim também assistimos eventos similares em outros países. Uma modernidade que se vende como berço da liberdade e da diversidade espalha negacionismo, radicalismo e morte. Grupos de diferentes denominações cristãs tem emergido apoiando a *necropolítica* – a política da morte – (ULRICH; STRÖHER; DE LA PAZ, 2021, p. 120-121)<sup>3</sup> praticada pelo atual governo brasileiro, que demoniza toda pessoa que acredita no evangelho de vida e graça e que defende a justiça, a igualdade e os direitos humanos. Não podemos pensar que algo assim é resultado do acaso; há uma organização e intencionalidade em cada ação e merece nossa contestação.

No pensamento de Freire, somente a educação como prática da liberdade é capaz de transformar a realidade. Neste sentido, a teologia feminista deve manter seu papel profético, denunciando injustiças ao mesmo tempo em que anuncia outras formas de vivência e convivência e resgata as mulheres dessa categoria

de segundas (outras) para afirmar a humanidade que por direito lhes corresponde. O apagamento das mulheres hoje é a nova ferramenta do patriarcado em conluio com o sistema neoliberal. Urge um tempo de formação para poder desvendar e enfrentar e é isso o que desejamos com nosso texto. Que o diálogo com Paulo Freire possa corroborar para a importância da linguagem inclusiva no processo de libertação e emancipação das mulheres, assim como também consiga desvendar a opressão das mulheres que se produz com a implementação de uma neolíngua pelo generismo *queer*.

## PAULO FREIRE: UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA IMPLICA EM MUDANÇA DE LINGUAGEM

Paulo Freire elabora a sua Pedagogia a partir da sua história de vida, impregnada com a história de sofrimento do povo brasileiro. Segundo Fiori (1988, p. 10), no prefácio do livro *Pedagogia do Oprimido* “a vida como biologia passa a ser vida como biografia”. No livro *Conscientização*, Freire relata a sua experiência de vida, seu trabalho em favor da educação de adultos, da cultura popular e a sua prisão com o golpe de 1964.

*A crise econômica de 1929 obrigou a minha família a mudar-se para Jaboaão, onde parecia menos difícil sobreviver. Uma manhã de abril de 1931 chegávamos à casa onde viveria experiências que me marcariam profundamente. Em Jaboaão perdi meu pai. Em Jaboaão experimentei o que é a fome e compreendi a fome dos demais. Em Jaboaão, criança ainda, converti-me em homem graças à dor e ao sofrimento que não me submergiram nas sombras da desesperação. [...] O golpe de Estado (1964) não só deteve todo este esforço que fizemos no campo da educação de adultos e da cultura popular, mas também levou-me à prisão por cerca de 70 dias (com muitos outros comprometidos no mesmo esforço). [...] o que se queria provar, repito, era o perigo que eu representava (FREIRE, 1980, p. 15-16).*

Freire foi acusado de subversivo internacional, traidor de Cristo e do povo brasileiro, por buscar alfabetizar adultos analfabetos e trabalhar com a cultura popular. Depois da prisão, veio o exílio. O que chama a atenção no depoimento de Freire é que ele diz que saiu sem ódio da experiência, pois percebeu que uma onda ameaçadora de irracionalidade se estendia sobre o Brasil.

*Fui considerado um “subversivo internacional”, um “traidor de Cristo e do povo brasileiro”, – “Nega o senhor – perguntava um dos juizes – que seu método é semelhante ao de Stalin, Hitler, Perón e Mussolini? Nega o senhor que*

*com seu pretendido método o que quer é tornar bolchevique o país?” [...] O que aparecia muito claramente em toda esta experiência, de que saí sem ódio nem desesperação, era que uma onda ameaçadora de irracionalismo se estendia sobre nós (FREIRE, 1980, p. 15-16).*

A partir do seu método de alfabetização, utilizando palavras geradoras, trabalhava também a conscientização. “A conscientização não é apenas conhecimento ou reconhecimento, mas opção, decisão, compromisso” (FIORI, 1988, p. 10) com a transformação da realidade, onde “alfabetizar é conscientizar” (p. 11). Para Freire (1980, p. 25), “a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”.

Na construção da liberdade é necessário aprender a dizer a sua palavra, assumindo responsabilidade. Portanto, o ponto de partida da pedagogia do oprimido não pode ser simplesmente a experiência do oprimido. Esse oprimido precisa ser contextualizado. Este processo pressupõe uma análise sistemática que deve entender a realidade de opressão não como um mundo fechado, ou fato imutável, ou vontade de Deus, nem como um processo individual ou um problema pessoal, mas sim como uma situação desumana e enfraquecedora que pode ser transformada. Segundo Freire, a *Pedagogia do Oprimido* é humanista e libertadora, composta de dois momentos distintos. No primeiro momento, os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na práxis, com a sua transformação; o segundo momento mostra que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos seres humanos em processo (FREIRE, 1988, p. 42). Neste sentido, Freire (2005, p. 30) aponta para a esperança como um elemento constitutivo da libertação:

*A esperança na libertação não significa, já, a libertação. É preciso lutar por ela, dentro de condições historicamente favoráveis. Se elas não existem, temos de pelear esperançadamente para criá-las. A libertação é possibilidade, não sina, nem destino, nem fardo. Nesse contexto, se percebe a importância da educação, da decisão, da ruptura, da opção, da ética, afinal.*

A esperança é um processo. Ela não é passiva. É ativa. Não acomoda. A esperança leva a lutar pela libertação, considerando o contexto, a realidade, ou criando condições para que a libertação se realize. A libertação é possibilidade! Se a libertação é possibilidade, então ela se realiza na relacionalidade dos seres humanos em sua diversidade e pluralidade, bem como nas relações que se estabelecem com a realidade local e global. A educação que tem como valor máximo a vida em suas diferentes e amplas dimensões é uma educação ética, pois “tempo de

espera é um tempo de *quefazer*” (poesia de 1971, publicada FREIRE, 2000, p. 7). No livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1998, p. 81) declara que “a esperança é um condimento indispensável à experiência histórica”. Sem ela não haveria História, mas puro determinismo. É na História que a transformação se realiza e ela implica numa mudança de linguagem que considere a experiência das mulheres.

Neste sentido é importante lembrar que Paulo Freire aceitou as críticas realizadas pelas mulheres norte-americanas em relação a linguagem genérica e machista utilizada no seu livro *Pedagogia do Oprimido*. Em 1992, no livro *Pedagogia da Esperança* aconteceu um reencontro com a Pedagogia do oprimido realizando, uma revisão na utilização da linguagem. Segundo Freire (1992, p. 66-68):

*É que, diziam elas, com suas palavras, discutindo a opressão, a libertação, criticando, com justa indignação, as estruturas opressoras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres. [...] Em certo momento de minhas tentativas, puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo, a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: ‘Quando falo homem, a mulher está incluída’. E por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: ‘As mulheres estão decididas a mudar o mundo?’ [...] Daquela data até hoje me refiro sempre a mulher e homem ou seres humanos. Prefiro, às vezes, enfeiar a frase explicitando, contudo, a minha recusa à linguagem machista. [...] A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. [...] Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual e contraditória. É claro que a superação do discurso machista, como a superação de qualquer discurso autoritário, exige ou nos coloca a necessidade de, concomitantemente com o novo discurso democrático, antidiscriminatório, nos engajarmos em práticas também democráticas.*

A recusa à linguagem machista implica necessariamente à recriação da linguagem e de uma visão de sociedade. Transformar a linguagem faz parte do processo de reconstrução do mundo. A mudança do mundo não é automática. Além da mudança da linguagem, exige-se o engajamento comprometido em práticas também democráticas. A linguagem faz parte da construção cultural, social e

histórica, sendo, portanto, passível de mudança. Linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual e contraditória, necessitando estar em constante movimento de reflexão, mostrando que a mudança dessa realidade se processa não somente num novo discurso democrático, antidiscriminatório, como também no engajamento nas práticas democráticas e emancipatórias (ULRICH, 2006, p. 48).

Freire também retoma o conceito de inédito viável, consequência das situações-limite, analisadas por ele como desencadeadoras da busca do aprender, do enfrentar e superar um problema (FREIRE, 1992, p. 206-207). A compreensão de situações-limite como o inédito viável somente é possível quando se entende a pessoa humana como dotada de autonomia e liberdade. Portanto, também as situações-limite vivenciadas pelas mulheres tornam-se oportunidade para o inédito viável, transformação de uma situação de opressão em novas realidades de libertação. Freire (2003, p. 208) salienta que,

*complexo e plural, o processo de libertação se envolve com quantas dimensões marquem fundamentalmente o ser humano: a classe, o sexo, a raça, a cultura. Da mesma forma como jamais pude aceitar que a luta de libertação pudesse ser restringida à briga de indivíduos, jamais aceitei também que ela pudesse ser reduzida à luta das mulheres contra os homens, dos negros contra os brancos. A luta é dos seres humanos pelo ser mais. Pela superação dos obstáculos à real humanização de todos. Pela criação de condições estruturais que tornem possível o ensaio de uma sociedade democrática.*

O processo de libertação, para Freire, é complexo e plural, trazendo presente a ambiguidade dos seres humanos, a relação dialética de opressor-oprimido; por isso, é necessário realizar a “páscoa”: que ‘morram’ como ‘machistas’, como ‘racistas’, como ‘elitistas’ para renascer como verdadeiros progressistas, inscritos na luta de reinvenção do mundo” (FREIRE, 2003, p. 212). O velho sistema patriarcal, racista, classista e militarista necessita morrer para que o novo possa germinar e nascer. Nada acontece sem reflexão, avaliação, engajamento e luta por mudança/transformação.

A esperança da mudança do mundo coloca a história em movimento. Encontram-se, portanto, pontos de encontro entre a pedagogia da libertação de Paulo Freire e as perspectivas do movimento feminista e da teologia feminista. Neste sentido, a teóloga feminista Ivoni Richter Reimer (2000, p. 16) afirma que:

*Uma importante porta de entrada para a leitura bíblica e reflexão teológica é o nosso cotidiano, nosso dia-a-dia, marcado também pela fé e espiritualidade. Alegria, dor, sofrimento, esperança, morte, angústia, prazer... vão marcando a*

*realidade de nossas vidas... fazem parte da história de nossos corpos em relação com outros corpos. Somos pessoas inseridas num contexto maior, marcado por crises generalizadas, por desgovernos, onde a prática da injustiça impera sobre a justiça, a corrupção se exalta sobre a retidão, a impunidade anda solta, a miséria e o empobrecimento clamam aos céus e aos nossos corações! Vendo toda essa realidade, somos igualmente pessoas que buscam se organizar para resistir, propor e vivenciar alternativas.*

Somos seres da história. O feminismo e a teologia feminista têm pontos de encontro com Paulo Freire, apontando para a necessidade de resistir em esperança, na construção de alternativas do inédito viável. Os saberes e os conhecimentos construídos historicamente, todos, precisam ser revisitados, através do processo de estranhamento, suspeita e ruptura, interligando-se com novos olhares e fazeres na experiência histórica, cotidiana da vida, onde é necessário perceber que as experiências de opressão são vivenciadas de forma diferenciadas por mulheres e homens (sexo), envolvendo também classe social, cor/etnia, geração. O processo educacional, a partir de uma pedagogia da esperança e libertação, permeado pelas questões feministas se tornam fundamentais para a emancipação dos seres humanos no desenvolvimento histórico. Segundo Freire (2005, p. 40):

*Na compreensão da História como possibilidade, o amanhã é problemático. Para que ele venha é preciso que o construamos mediante a transformação do hoje. Há possibilidades para diferentes amanhãs. A luta já não se reduz a retardar o que virá ou a assegurar a sua chegada; é preciso reinventar o mundo. A educação é indispensável nessa reinvenção. Assumirmo-nos como sujeitos e objetos da História nos torna seres da decisão, da ruptura. Seres éticos.*

Portanto, a mudança da linguagem envolve transformação do mundo que se construiu historicamente a partir de dimensões patriarcais, machistas, classistas, racistas, perpassando todas as áreas do conhecimento. A seguir, refletiremos sobre o uso da linguagem a partir da crítica feminista.

## LINGUAGEM INCLUSIVA – A LINGUAGEM NA CRÍTICA FEMINISTA

Nosso propósito não é mergulhar nas teorias de linguagem e comunicação e seus desdobramentos, mas optamos por uma abordagem voltada mais para o conteúdo, a construção de conhecimento que esta promove, a construção de mundo, as relações interpessoais, as estruturas sociais e de poder que se manifestam na linguagem, as vozes e os silêncios presentes. E dentro de um princípio emancipatório do pensamento de Paulo Freire, como refletimos, a linguagem

e a comunicação são partes integrantes e estão presentes nas mais diversas instâncias de nossa vida, bem como, nos diferentes conhecimentos construídos historicamente. “A comunicação confunde-se com a própria vida. Temos tanta consciência de que comunicamos como de que respiramos ou andamos” (BORDENAVE, 1986, p. 17). Ao mesmo tempo, carrega valores, crenças, convicções, visão de mundo, proporcionam interação e produção de saber.

A comunicação por palavras é um dos caminhos de linguagem por meio da qual aprendemos a conviver em sociedade, a expressar desejos e sentimentos, a estruturar pensamentos, a formar a ideia de mundo e a construir conhecimentos. “A comunicação é um instrumento poderoso. Trata-se de um meio que serve para moldar as nossas atitudes, percepções e comportamentos e que reflete o mundo no qual aspiramos viver e trabalhar” (SGC, 2018, p. 5).

Ao falar que a linguagem forma o mundo temos consciência de que a linguagem constrói e influencia nossa concepção de mundo. A língua não é neutra, ela expressa interesses e está imbuída de relações de poder. A linguagem, como formadora da consciência e construtora da realidade social, é um instrumento de poder. A linguagem na nossa sociedade é caracterizada por uma perspectiva androcêntrica e o exercício do poder é também um privilégio dos homens. “A linguagem, a palavra é uma forma mais de poder, uma de muitas que nos tem sido proibida”<sup>4</sup> (SAU *apud* RAADH, 2018, p. 1).

*Na medida que a linguagem não só expressa o mundo, mas também colabora para formulá-lo e criá-lo, o aprendizado de uma linguagem na qual a mulher é subordinada gramaticalmente ao homem transmite às meninas, desde o começo, a experiência de um mundo em que o masculino é a norma da qual a sua própria personalidade se desvia* (JOHNSON, 1995, p. 51).

Por isso, é necessário uma análise crítica da linguagem e um processo de desconstrução da linguagem discriminatória. Uma crítica da linguagem deve atingir “as raízes ideológicas do funcionamento gramatical e semântico” e uma “crítica do pensamento e do conhecimento” (NYE, 1995, p. 235). E perguntar pelas mudanças que ela precisa passar, pois a linguagem não apenas forma o mundo; ela transforma o mundo. Que mundo queremos mudar com a linguagem?

*Mudança social e mudança linguística, ação social e ação linguística estão intimamente ligadas. A linguagem é uma das condições sociais mais importantes em que vivemos. Com a linguagem, as diferenças sociais são construídas, com a linguagem criamos nosso contexto de vida, nossa realidade, nossa visão de mundo* (TRÖMEL-PRÖST, 1983, p. 36).



Apesar das grandes conquistas feministas ao longo do último século, continuamos convivendo com uma sociedade extremamente excludente e discriminatória em relação às mulheres. E a linguagem sexista espelha esta realidade em que as mulheres não apenas são discriminadas, mas também invisibilizadas pela/na linguagem. “A linguagem tem sido um dos meios de controle e domínio que tem submetido e velado as mulheres nos discursos, suas práticas e sua história” (RAADH, 2018, p. 6).

Portanto, vivemos numa sociedade onde a linguagem é sexista, no sentido androcêntrico, sendo que ela é nada mais do que a expressão da concepção sexista do mundo. Para definição de linguagem sexista utilizamos um conceito de Senta Trömel-Pröst (1984, p. 53):

*A linguagem é sexista quando ignora as mulheres e suas potencialidades, quando ela descreve a mulher somente na dependência e subordinação em relação aos homens, quando ela apresenta as mulheres somente em seus papéis estereotipados e nega os seus interesses e capacidades que ultrapassem este estereótipo, e quando humilha as mulheres e as ridicularizam por meio de uma linguagem dominante.*

A situação da mulher não se modifica apenas por meio da mudança da linguagem. Mas sem a mudança da linguagem a realidade das mulheres não muda, e sem a linguagem inclusiva, justa e equitativa a realidade também não se modifica. E continua como expressão de violência seja subjetiva, simbólica ou materializada por meio de discriminação, exclusão, dominação androcêntrica e ocultamento.

*A linguagem sexista representa uma forma de violência simbólica contra as mulheres. Reproduz a dominação, desigualdade e discriminação em relações sociais através de padrões estereotipados, mensagens, valores e ícones, naturalizando a subordinação da mulher na sociedade. Por outro lado, a linguagem não-sexista busca reverter essa situação discriminatória e de ocultamento da mulher, através de modificações em estruturas correntes (RAADH, 2018, p. 6).*

Mudar a linguagem não transforma, automaticamente, a consciência, a mentalidade e as práticas. A transformação não deve ser apenas formal, ou seja, no uso de uma linguagem inclusiva, enquanto a realidade de exclusão continue sendo mantida. Mas a transformação da realidade também inclui uma nova linguagem. Uma nova linguagem não significa apenas feminizar as palavras. A conotação sexista de uma palavra ou linguagem não está no fato dela ser do gênero masculino, mas na ideologia sexista que ela carrega, na mensagem sexista que

ela grava na consciência e na produção de violência simbólica. Assim, uma linguagem não sexista vai além da dimensão semântica e gramatical.

*Dentre os múltiplos espaços e as instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito ‘natural’.*

*Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação (LOURO, 1997, p. 65).*

Usar o masculino como genérico ou a ausência do feminino nos discursos da linguagem e da comunicação produz o ocultamento e a invisibilidade das mulheres e não é um ‘detalhe’ ou um ‘acidente’ linguístico, mas reflete a discriminação social das mulheres<sup>5</sup>. E mais do que isso, impede ou dificulta que as mulheres possam ser sujeitos de sua própria linguagem e da construção de conhecimento a partir de sua perspectiva e experiência e assumir o poder de nomear.

*Toda língua muda e se adapta às novas realidades e às necessidades da comunidade que a utiliza, expressando aquilo que a sociedade valoriza, e urge comunicar e expressar em um determinado momento do seu desenvolvimento, enquanto aquilo que não é nomeado, simplesmente não é lembrado (RAADH, 2018, p. 2).*

A linguagem inclusiva, em resumo, é a linguagem não discriminatória, isenta de preconceitos e estereótipos. “A linguagem sensível à questão do gênero trata as mulheres e os homens de forma igual, sem perpetuar as percepções estereotipadas dos papéis de cada pessoa em função do gênero” (SCG, 2018, p. 7).

Quando tratamos de linguagem inclusiva frequentemente surgem críticas em relação à dificuldade de aplicá-la na língua portuguesa. Mas a língua não é estática e vai mudando em seu curso histórico. Basta olharmos alguns livros antigos e perceber muitas palavras estranhas ao nosso vocabulário atual, que se tornaram inusuais ou alteraram sua grafia.

Ao existir regras e orientações para o uso correto da língua, no caso de uma linguagem inclusiva, precisamos refletir sobre a estrutura da linguagem. O desafio é não se fixar rigidamente em tradições, normas linguísticas e regras gramaticais, pois estas foram construídas ao longo da história e precisam ser permanentemente revisadas. Nem sempre escrever gramaticalmente correto é escrever eticamente correto.

*A língua está em constante evolução: as palavras mudam e a forma como as utilizamos deve acompanhar essa mudança. Usar uma linguagem sensível à questão do gênero e isenta de preconceitos é uma forma de rejeitar percepções*

*antiquadas sobre homens, mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos de pessoas na sociedade* (SGC, 2018, p. 5).

A linguagem inclusiva envolve uma dimensão ética porque está relacionada ao tratamento justo, aos direitos humanos e à superação da discriminação de gênero, raça/etnia, faixa etária, singularidades físico-sensoriais. E ao retratar os diferentes aspectos da diversidade (gênero, idade, origem étnica, deficiência, convicções religiosas ou outras, orientação sexual, nacionalidade), garantimos que todas as pessoas se sintam representadas.

O exercício de linguagem inclusiva exige alguns cuidados necessários como a escolha de palavras e expressões que não sejam inadequadas, estereotipadas ou tendenciosas sobre gênero, etnia, origem, papéis sociais. Por exemplo, o uso de linguagem exclusivamente masculina para ambos os sexos/gêneros ou de homem/homens como referência genérica de humanidade exclui as mulheres, tendo consequências, inclusive, para o falar teológico. Segundo Dorothee Sölle (1999, p. 23), a teologia cristã tem acentuada a masculinização de Deus, expressa numa linguagem puramente androcêntrica, fortalecendo o endeusamento do homem e o silenciamento das mulheres. Mudar a linguagem significa também incluir novas metáforas mais inclusivas da transcendência, da espiritualidade e da teologia, tendo como consequência a construção de relações mais igualitárias.

Neste sentido, também é necessário cuidar com a utilização da linguagem depreciativa em relação às pessoas com deficiência e idosas. Ou, quando usamos expressões como ‘denegrir’ e ‘judiar’ para desqualificar pessoas, sua imagem ou identidade, ou ‘lista negra’ para designar algo negativo estamos utilizando linguagem racista. A forma como a linguagem é utilizada denota culturas e organizações hierárquicas, machistas, racistas de uma determinada sociedade.

*Uma linguagem sexista não apenas reflete a realidade sexista, mas também a justifica e a mantém, à medida em que ela é formadora de consciência e, com isto, repassa uma visão e concepção sexista do mundo. Contudo, se a linguagem é formadora de consciência e construtora da realidade social, ela não precisa, automaticamente, ser legitimadora do status quo. Ela também pode ser transformadora, à medida em que expresse uma nova visão de mundo, onde as mulheres – e outros grupos oprimidos – possam se sentir integradas e valorizadas* (STRÖHER, 1991, p. 257).

Pode parecer difícil, mas há alternativas para o exercício de linguagem inclusiva que já estão sendo experimentadas há um bom tempo na língua portuguesa. Tem até um dia – 21 de junho, desde 1991 – como a data designada para a campanha “Por uma educação sem discriminação”, escolhida pela Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe (REPEM).

Recentemente tem entrado o uso de ILE para ele e/ou ela, e DILE para dele e/ou dela e ainda “todes”<sup>6</sup> como proposta para uma linguagem neutra. A pergunta é se a partir destas expressões supostamente neutras não acontece um novo apagamento das mulheres por meio da linguagem.

## A ‘NEOLÍNGUA’ E O APAGAMENTO DAS MULHERES

Como temos apresentado e expressado neste texto, há uma linguagem inclusiva que se aprende e se exercita como restituição da dignidade dessa outra parte da humanidade que desde sempre esteve na posição de subordinação, de não reconhecimento, em situação de opressão. Enfatizamos também a maneira em que Paulo Freire, nosso patrono da educação<sup>7</sup>, constatou, após críticas feministas à sua *Pedagogia do Oprimido*, que esse oprimido também tinha sexo, e era esse sexo – marcado e agenciado pelos estereótipos de gênero – que determinava a vida das pessoas, o lugar e não lugar no cotidiano dessas pessoas e fundamentalmente: o tipo de opressão. As mulheres foram e continuam sendo oprimidas por seu sexo, é a opressão do sistema patriarcal com a aplicação da sua conduta machista.

Apresentamos também conceitos fundamentais da pedagogia e ética freirianas: autonomia, humanismo, emancipação, liberdade, consciência crítica, entre outras, mas não podemos finalizar sem falar da ‘neolíngua’ e a sua repercussão no *apagamento das mulheres*: “Não podemos acabar com as desigualdades se desaparecem as palavras que descrevem nossa realidade” (Contraelborradodelas-mujeres/neolengua, 2020). Freire concebeu a educação como ato criador, e é assim que pensamos: a cada intento – solapado ou explícito – de apagamento, precisamos do ato criador, desse ato como resultado de uma educação libertadora. Na contemporaneidade, essa é a nossa primeira missão, porque novamente implica em retirar a humanidade, em vilipendiar a vida das mulheres.

Somente a educação, e desde logo, apenas a educação como ato criador, a educação libertadora tem salvado historicamente as mulheres. Isso ficou evidenciado, mais uma vez, pela resposta e resistência das feministas espanholas ao intento de *apagamento das mulheres* que assistimos nas últimas décadas e que tem se acirrado nos últimos anos. Este apagamento vem pelo rechaço da categoria sexo e sua substituição por gênero, afirmando que o sexo não é mais um dado verídico e sim uma assinatura mal outorgada no momento do nascimento. Laura Redondo, psicóloga e feminista espanhola, explica ao tempo em que contesta de maneira quase didática:

*Às mulheres e meninas afegãs que estão em perigo de morte e fogem para não ser escravas sexuais dos talibãs ninguém lhes pergunta por seu gênero. Não faz*

*falta: é seu sexo que lhes condena. A elas e a nós. E negar isso é negar a violência machista que todas vivemos* (REDONDO, Contraelborradodelasmujeres/debateenredes, 2020).

A *maestra* Amelia Valcárcel (2019) alerta e denuncia esse apagamento com o lançamento de seu livro *Ahora feminismo: cuestiones candentes y frentes abiertos*, no qual situa a *abordagem queer* como o *Cavalo de Troia* dentro do feminismo. E a *maestra* Alicia Miyares<sup>8</sup>, do mesmo modo que Amélia Valcárcel<sup>9</sup>, explica o porquê essa abordagem não pode ser considerada teoria (teoria *queer*), e avança no sentido de conceitualizá-la como *generismo queer*:

*Doutrina que nega a validade do sexo e afirma a sua elegibilidade como um mero ato de vontade; que converte em sinônimos sexo (biológico) e gênero (construção cultural), se estende em todos os âmbitos, e o que é mais alarmante para os direitos das mulheres, se introduz silenciosamente nas legislações* (Contraelborradodelasmujeres/financiacion, 2020).

Valcárcel e Miyares, conjuntamente com Ana de Miguel, Alicia Puleo e muitas outras acadêmicas espanholas têm em comum dez anos de formação feminista com a *maestra de las maestras* Celia Amorós, um espaço de formação conhecido como *Seminário Permanente Feminismo e Ilustração* (VALCÁRCCEL, 2019, p. 45). Esse Seminário foi um aguçar do olfato, um desvendar a outra história, aquela não contada e quase nunca registrada, a fim de poder entender e desvendar as lógicas e o agir do poder patriarcal. Hoje, a maré desse Seminário chega a outras gerações e outras latitudes também para entender, desvendar, denunciar e, principalmente, resistir e poder transformar. Mas, que significa a *neolíngua* e qual sua relação com o apagamento das mulheres?<sup>10</sup>

*A neolíngua queer constroi um sistema de termos para tratar de criar um novo relato no qual não exista o sexo como categoria biológica. Essa realidade tangível ficaria substituída pelo conceito subjetivo de “identidade de gênero”, convertido por sua vez, em algo tanto essencial quanto elegido e sempre autodeeterminado de forma individual. Partindo dessa base fictícia e intencionalmente confusa da realidade, o pós-modernismo leva vários anos tentando redefinir a experiência vital das pessoas mediante a criação de um universo de identidades, e com elas, novas terminologias que tentam etiquetar a grande diversidade de personalidades e formas de comportamento que temos os seres humanos. Como consequência é redefinida a palavra mulher, para incluir todas as subjetividades que tenham a mais mínima relação com os estereótipos de gênero femininos. Importante destacar que isso não sucede, nem por acaso, com a palavra homem,*

*nem com os próprios homens no geral (Contraelborradodelasmujeres/âmbito/neolengua, 2020).*

De fato, é uma nova linguagem para apagar as mulheres. Estamos assistindo, em vários idiomas, o jeito como a *neolíngua queer* apodera-se do discurso popular, assim como também penetra entidades, instituições e legislações e até na linguagem televisiva. O fato de aceitar e fazer uso dessa neolíngua impossibilita a luta feminista e leva diretamente ao apagamento das mulheres em todos os âmbitos; se não se podem obter dados embasados no sexo das pessoas será impossível então determinar o grau de influência no preconceito e na discriminação a que são submetidas as mulheres. Como é afirmado em *Contra el Borrado de las mujeres* (2020):

*Pede-se a nós mulheres que nos definamos como ‘mulheres CIS’ por contraposição aos varões nativos transicionados, definindo-nos como o ‘não-trans’. É dizer, voltar a ser a alteridade, as Outras. A definição de CIS implica aceitar a validade do construto de gênero que está por trás da violência e desigualdade que as mulheres sofremos. Por tanto, tudo isso leva a retroceder em nosso direito a nos definirmos pelo que somos, como entidade própria, e não por aquilo que não somos.*

Em outras palavras: “O transgnerismo queer pretende que as mulheres voltemos a ser “o outro”, aquilo que se define como o “não-algo”, incompletas, sempre com falta de algo, logicamente, em relação aos homens” (MIYARES, 2021, p.11). Como já foi dito, a linguagem é imprescindível para uma correta leitura e análise da realidade. A linguagem possui função de poder, e quem tem o poder de redefinir a linguagem, também tem o poder de anular a luta para mudar as coisas. Como afirma Tasia Aránguez (Contraelborradodelasmujeres/debateenredes, 2020):

*Se um movimento declara que um homem pode definir o que significa ser uma mulher embasado em seus sentimentos, mas uma mulher não pode definir ser mulher com base na sua realidade material, então trata-se de um movimento pelos interesses dos homens.*

Pesquisando na campanha do Dia 8 de março da ONU MULHERES no ano de 2020, constatamos que *Women* passou a ser *Womxn*. Esse fato não somente é preocupante, mas constitui também uma afronta. Na contemporaneidade, assustadoramente, o uso da palavra ‘mulher’ tem passado a ser considerado como sinônimo de transfobia; situação essa que muitas mulheres feministas de vários

países têm denunciado, mesmo sofrendo acoso, assédio, censura, ameaças, perseguição, demissão, silenciamento e até agressões físicas (Contraelborradodelasmujeres/acoso-queer, 2021). Isso implica uma perda da liberdade de expressão das mulheres, que continuam sendo penalizadas por fazer denúncia e oposição.

Novas palavras e categorias, desde todos os âmbitos, chegam para apagar em nome de uma “diversidade” e “modernidade”; não se utiliza mais “mulheres” e sim “pessoas adjetivadas”:

- Pessoas que não possuem próstata,
- Pessoas menstruantes,
- Pessoas gestantes,
- Pessoa grávida,
- Pessoa com capacidade de gestar,
- Pessoas com abertura dianteira,
- Pessoas com sexo vaginal receptivo,
- Pessoas vulvoportantes.

(NEOLENGUÁ, [contraelborradodelasmujeres.org/neolengua/2020](https://contraelborradodelasmujeres.org/neolengua/2020))

Para não fazer uso da palavra mulher, ou grávida, ou mãe – afirmando que resultaria ofensivo para as autossentidas/autodeterminadas –, vale fazer uso dessas e outras “novas terminologias”. Assim se justifica a prostituição, reivindicando-a como “trabalho” e “direito de escolha”, também a pornografia; validam-se também as barrigas de aluguel, que seriam, nessa mesma compreensão, um “direito de escolha” e “entrega suprema”, desterrando toda a questão ética e propriamente humana que ambos os fatos colocam no cotidiano e na vida das mulheres.

Há também a usurpação dos espaços que as históricas lutas feministas têm conquistado para as mulheres; seja nas leis, nas políticas públicas ou nos imprescindíveis espaços de segurança. Mais recentemente, assistimos a um outro tipo de usurpação na celebração dos Jogos Olímpicos de Tóquio. A *Alianza Contra el Borrado* lançou a campanha “Jogo limpo para as mulheres” (FAIR PLAY, 2021), que consistiu na denúncia da presença de varões no esporte feminino de competição, varões autoproclamados que arrebataram o pódio e as medalhas das atletas mulheres. Frente a essa situação de ignomínia, o Comitê Olímpico silencia e uma boa parte do mundo celebra e aplaude.

## CONCLUSÃO

A linguagem inclusiva, como foi destacado neste artigo, tem feito seu percurso sob muita crítica, sarcasmo, negacionismo e repulsão. Quem adota e exercita essa linguagem acredita, sem dúvidas, nessa educação como ato criador: uma educação inclusiva; por isso, e apesar do difícil exercício que resulta sua imple-

mentação, insistimos nessa prática porque sabemos do seu potencial libertador. Esse trajeto difícil, que marcou e marca sua implementação, carrega uma deslegitimação contínua ao longo de muitas décadas. Dificuldade essa que se contrapõe à facilidade com que a neolíngua tem sido introduzida e implementada. Então, mais uma vez, a suspeita feminista nos leva a pensar, questionar e responder: há toda uma engrenagem muito bem montada e financiada (Contraelborradodelasmujeres/financiacion, 2021), uma nova ferramenta patriarcal no generismo *queer* e na implementação da sua neolíngua.

É importante afirmar que esta nova forma de apagamento das mulheres constitui uma nova forma de opressão patriarcal e só uma educação libertadora pode se contrapor a essa nova cilada misógina e machista. Assim como é vital defender e praticar a linguagem inclusiva, para que as mulheres – metade da humanidade – possam ter efetivamente voz e vez, faz-se necessário também denunciar e se contrapor à neolíngua imposta pelo generismo *queer*, porque atua como ferramenta feminicida, matando psicológica e simbolicamente as mulheres.

Neste sentido, Freire está cada dia mais presente e atual em nossas lutas e processos emancipatórios, que incluem reconhecimento, autonomia, emancipação e dignidade humana. Continuamos aprendendo da experiência histórica deste pedagogo que, a partir do diálogo com mulheres, resolveu mudar a própria linguagem androcêntrica em seu fazer histórico pedagógico, tendo consequências concretas nas diferentes áreas de construção do conhecimento humano.

#### PURSUING THE UNPRECEDENTED FEASIBLE: THE FREIRIAN PEDAGOGY, THE NEED FOR INCLUSIVE LANGUAGE AND THE DENUNCIATION OF THE NEOLANGUAGE OF QUEER GENERISM

*Abstract: in recent decades, we have experienced the difficulty in making effective the use of inclusive language at the same time as the ease of implantation of a neo-language that comes from generismo queer is evident. These are dark times for the feminist struggle, which not only suffers from the defamation and misrepresentation of its agenda and canon, but also from the usurpation of concepts and spaces. In the year 2021, which marks the centenary of Brazilian pedagogue Paulo Freire, another threatening wave of irrationalism spreads over us, like the one he warned about in the last century. Neoliberalism kills as much as machism; and women, women's lives, do not go beyond an objectification for both. Our desire with this article is to dialogue from and with the Freirian pedagogical proposal, taking as a counterpoint the concepts inclusive language and neo-language in order to denounce and, mainly, to emphasize the continuous need for an emancipatory and liberating education to transform the systems of oppression and death. A theology of life cannot remain silent in the face of contemporary ignominy.*



Keywords: *Paulo Freire. Inclusive Language. Neolanguage. Transformative Pedagogy. Feminist Theology.*

#### Notas

- 1 Para ampliar essa temática ver Castro; Núñez de la Paz (2018).
- 2 Para ampliar a temática Apagamento das mulheres (em espanhol Borrado de las Mujeres), indicamos o site *Contra el borrado de las Mujeres*, uma aliança feminista pelos direitos das mulheres com base no sexo. Aliança que luta para eliminar todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas que são resultado da substituição da categoria sexo pela “identidade de gênero”. Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org>
- 3 Neste artigo utilizamos o conceito de necropolítica cunhado pelo filósofo Achille Mbembe em sua obra *Necropolítica: biopoder, soberania, estado, de exceção, política de morte* (publicado em 2011 e publicado em português em 2018 pela N1 Edições de São Paulo) e visualizamos o uso da prática de necropolítica (política de morte) associada a concepções religiosas de determinados setores de denominações cristãs, desenvolvendo, assim, o cristofascismo, conceito da teóloga Dorotee Sölle, elaborado em seu texto *Christofaschismus* (1987).
- 4 Victória Sau publicou, em 1981, o *Diccionario Ideológico Feminista*. Na primeira edição, a intenção era que este dicionário servisse de ferramenta para conhecer determinadas palavras-conceito que as mulheres estavam utilizando e que estavam dispersas em artigos e livros. O objetivo era criar um corpus teórico feminista com palavras-conceito na perspectiva de que uma boa teoria requer um corpo conceitual como ponto de referência. Na segunda edição, de 1990, percebeu a evolução do pensamento feminista e que novas palavras-conceito precisavam ser acrescentadas. Assim, em 2001, publicou o volume II do dicionário também pela Editorial Icaria.
- 5 O próprio sistema de citação em publicação por meio de sobrenome – via de regra herdado pelo pai ou marido – é uma forma de ocultamento das mulheres na produção acadêmica. Por isso, optamos em colocar o nome da autora na primeira vez em que for citada no texto.
- 6 Veja essa proposta em: DIVERSITY Consultoria BBOX (2020).
- 7 Lei 12.612/12, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff declara ao educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. É importantes destacar esse reconhecimento formal tendo em vista que grupos fundamentalistas de cunho fascista fazem movimentos para a retirada este título de Paulo Freire.
- 8 Para ratificar essa contestação ler Miyares, 2021.
- 9 Para ratificar essa contestação ler Valcárcel, 2021
- 10 Toda argumentação sobre a neolíngua e o generismo queer tem sido tomado da página *Contra el Borrado de las Mujeres*, que consideramos uma escola de formação feminista virtual. Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org>. Acesso em: 25 ago. 2021.

#### Referências

- ARÁNGUEZ, Tasia. *Contra el borrado de las Mujeres* (debate em redes:Twitter, 6/ago-to/2020). Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/>. Acesso em: 25/08/2021.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é Comunicação*. Coleção Primeiros Passos. Volume 67. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CASTRO, Amanda Motta; Núñez de la Paz, Nivia Ivette. Educação Popular e Estudos Feministas: Contribuições para a Linguagem Inclusiva. *Revista de Educação Popular* (Impresso e Digital), v. 17, p. 80-88, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/41189>. Acesso em: 10 out. 2021.

CONTRA EL BORRADO DE LAS MUJERES. Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/>. Acesso em: 25/08/2021.

DIVERSITY Consultoria BBOX. *Guia de linguagem inclusiva: nós todxs*

<https://pji.portaldosjornalistas.com.br/wp-content/uploads/2020/05/GuiaTodxsNos.pdf> Acesso em: 02 ago. 2021.

«FAIR PLAY FOR WOMEN», the campaign against the presence of males in competitive women's sport. Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/fair-play-for-women-the-campaign-against-the-presence-of-males-in-competitive-womens-sport/>, 2021. Acesso em: 10 out. 2021.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 9-21.

FREIRE, Paulo. *Á sombra desta mangueira*. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis*. Org. e notas Ana Maria Araújo Freire. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Tradução: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

GENERISMO QUEER. Conceito. La implantación de la doctrina generista. Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/financiacion/>

JOHNSON, Elisabeth. *Aquela que é: o mistério de Deus no trabalho teológico feminino*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Lei 12.612/12, sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff declara ao educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm)

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado, de exceção, política de morte*. São Paulo, N1, 2018. (publicado em 2011 e publicado em português em 2018)

MIYARES, Alicia. *Distopias patriarcales: Análisis feminista del “generismo queer”*. Ediciones Cátedra: Madrid, 2021.

NEOLENGUA. *Contra el borrado de las Mujeres*. Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/neolengua/>. 2020. Acesso em: 25 ago. 2021.

NYE, Andrea. *Teorias feministas e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

RAADH – *Reunión de Altas Autoridades em Derechos Humanos e Chancelaria del Mercosul. Manual pedagógico sobre el uso del lenguaje inclusivo y no sexista*. Comisión Permanente de Género y Derecho de las Mujeres de la Reunión de Altas Autoridades em Derechos Humanos e Chancelaria del MERCOSUL, 2018. Disponível em: <https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2018/11/IPPDH-MERCOSUR-RAADH-Manual-Lenguaje-no-sexista.pdf> Acesso em: 20 Jul. 2021.

REDONDO, Laura. El Hilo de Laura Redondo sobre disforia que acaba con la desinformación del Gobierno. *Contra el borrado de las Mujeres* (debate em redes: Twitter, 16/agosto), 18 out. 2020 Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/>. Acesso em: 25 ago 2021.

RICHTER REIMER, Ivoni Richter. *O belo, as feras e o novo tempo*. São Leopoldo: CEBI; Petrópolis: Vozes, 2000.

SAU, Victoria. Diccionario Ideológico Feminista. Barcelona: Icaria, 1981, *apud* RAADH – *Reunión de Altas Autoridades em Derechos Humanos e Chancelaria del Mercosul. Manual pedagógico sobre el uso del lenguaje inclusivo y no sexista*. Comisión Permanente de Género y Derecho de las Mujeres de la Reunión de Altas Autoridades em Derechos Humanos e Chancelaria del MERCOSUL, 2018. Disponível em: <https://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2018/11/IPPDH-MERCOSUR-RAADH-Manual-Lenguaje-no-sexista.pdf> Acesso em: 20 Jul. 2021.

SGC – SECRETARIADO-GERAL DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Um guia para promover a linguagem inclusiva*. Comunicação Inclusiva no SGC. Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia, 2018. Disponível em:

[http://www.ssexbbox.com/wp-content/uploads/2019/02/pt\\_brochure-inclusive-communication-in-the-gsc.pdf](http://www.ssexbbox.com/wp-content/uploads/2019/02/pt_brochure-inclusive-communication-in-the-gsc.pdf) Acesso em: 20 Jul. 2021.

SÖLLE, Dorothee. *Deve haver algo mais: reflexões sobre Deus*. Tradução: Hans Alfred Trein. Petrópolis: Vozes, 1999.

SÖLLE, Dorothee. Christofaschismus. In: SÖLLE, Dorothee. *Das Fenster der Verwundbarkeit: Theologisch-politische Texte*. 1. Aufl. Stuttgart; Kreuz, 1987. p. 158-167.

STRÖHER, Marga Janete. Por uma linguagem integradora de mulheres e homens. In: *Proclamar Liberdade XVII*. São Leopoldo: Sinodal, 1991. p. 257-263.

TRÖMEL-PLÖTZ, Senta. Gewalt durch Sprache. In: TRÖMEL-PLÖTZ, Senta (org.). *Gewalt durch Sprache: die Vergewaltigung von Frauen in Gesprächen*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1984. p. 50-67.

TRÖMEL-PLÖTZ, Senta. Feminismus und Linguistik, in: PUSCH, Luise (org.). *Feminismus: Inspektion der Herrenkultur*. Frankfurt a. M.: Fischer, 1983.

ULRICH, Claudete Beise. *Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana*. São Leopoldo: Faculdades EST, 2006.

ULRICH, Claudete Beise; STRÖHER, Marga Janete; NÚÑEZ DE LA PAZ, Nivia Ivette. Derechos Humanos y Libertad Religiosa: Resistencias al Cristofascismo en Brasil. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo (online), v. 60, n. 1, p. 113-133, 2020. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/3920](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/3920). DOI: 10.22351/et.v60i1.3943.

VALCÁRCEL, Amelia. *Ahora Feminismo: cuestiones candentes y frentes abiertos*. Ediciones Cátedra: Madrid, 2019.

VALCÁRCEL, Amelia: *La llamada teoría queer es una mala copia del feminismo*. 26. abr.2021. Disponível em: <https://contraelborradodelasmujeres.org/amelia-valcarcel-la-llamada-teoria-queer-es-una-mala-copia-del-feminismo/>

INDICAÇÕES DE MANUAIS PARA LINGUAGEM INCLUSIVA E NÃO DISCRIMINATÓRIA: Para continuar estudando o tema da linguagem inclusiva

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Pérez. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. UNIFEM, 2006. Disponível em:

<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/04/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf>Acesso em: 25 jul. 2021.

DIVERSITY CONSULTORIA BBOX. *Um guia para promover a linguagem inclusiva em português*. Disponível em:

<https://diversitybbox.com/pt/um-guia-para-promover-a-linguagem-inclusiva-em-portugues/>Acesso em: 26 jul. 2021.

FISCHER, André. *Manual prático de linguagem inclusiva: Uma rápida reflexão, 12 técnicas básicas e outras estratégicas semânticas*. Tecidas Consultoria 360. Livro digital. Disponível em: [https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/manualplinguageminclusiva\\_neo.pdf](https://irp-cdn.multiscreensite.com/87bdaac3/files/uploaded/manualplinguageminclusiva_neo.pdf). Acesso em: 28 jul. 2021.

POLITIZE. *Linguagem inclusiva e linguagem neutra: entenda a diferença!*, 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/linguagem-inclusiva-e-linguagem-neutra-entenda/>. Acesso em 05 ago. 2021.

SINUS. *Manual de Linguagem Inclusiva*. Sinus, 2017. Disponível em: <http://sinus.org.br/2015/wp-content/uploads/2017/05/SiNUS-2017-Manual-de-Linguagem-Inclusiva.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Guia de Linguagem Inclusiva para Flexão de Gênero: Aplicação e uso com foco em comunicação social*. TSE, 2021. Disponível em [https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-guia-de-linguagem-inclusiva/rybena\\_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-guia-de-linguagem-inclusiva/at\\_download/file](https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-guia-de-linguagem-inclusiva/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-guia-de-linguagem-inclusiva/at_download/file). Acesso em: 06/08/2021.